



BNP PARIBAS
FACTOR

Relatório e Contas

2013



Índice:

- 1 – Relatório do Conselho de Administração
- 2 – Anexo ao Relatório do Conselho de Administração
- 3 – Balanço
- 4 – Demonstração de Resultados
- 5 – Fluxos de Caixa
- 6 – Activos Tangíveis e Intangíveis
- 7 – Anexo às Demonstrações Financeiras
- 8 – Relatório e Parecer do Fiscal Único
- 9 – Certificação Legal das Contas



Relatório do Conselho de Administração

Senhores accionistas,

Nos termos da lei e os estatutos da nossa empresa submetemos à vossa apreciação, discussão e voto o Relatório e as Contas relativas ao exercício de 2013.

Enquadramento Internacional

A recuperação da economia global continuou em 2013, principalmente no último trimestre. A economia da zona euro cresceu 0.3% e a da União Europeia avançou 0.4%, em relação ao trimestre anterior. Em comparação ao quarto trimestre de 2012, o PIB dos países da zona do euro cresceram 0.5% e os da EU cresceram 1.1%. Os principais factores para este avanço do PIB foram as melhorias nos números do consumo privado. O consumo privado, investimento, assim como as exportações e importações registaram aumentos no segundo semestre de 2013.

Apesar de algumas melhorias, a zona do euro cresceu menos do que o esperado. Há também a consequência dos mercados emergentes, como o Brasil e países em desenvolvimento que sofreram uma desaceleração. Uma vez que estas economias geram grande parte da economia mundial, o recuar dos valores pesa significativamente. Estes mercados terão que realizar ajustes quer nas estruturas políticas, quer nas económicas para acompanhar o ritmo de transformação da conjuntura global. Um dos factores que está a afectar o crescimento das economias emergentes é a falta de convergência entre várias economias, assim como um sistema financeiro ainda fraco.

Em relação a 2014, espera-se que as economias centrais da zona euro mantenham o ritmo moderado de crescimento, aumentando ligeiramente apenas no final do ano.

A economia Portuguesa

Não obstante os desenvolvimentos favoráveis, a economia portuguesa em 2013, esteve condicionada pelo processo de correcção dos desequilíbrios macroeconómicos, com níveis elevados de incerteza e fragmentação nos mercados financeiros.

Apesar de alguns sinais de retoma continua a ser necessário corrigir o endividamento excessivo dos sectores residentes, privado e público.



A taxa de desemprego em Portugal no mês de Dezembro baixou para 15,3% pelo décimo mês consecutivo, em comparação com 16,4% no final de 2012.

A economia Portuguesa apresentou uma Capacidade Líquida de Financiamento em 2013 de 2,0% do PIB, o que compara com a necessidade de financiamento de 0,1% observada em 2012. Esta evolução deveu-se, em grande parte, à melhoria do saldo externo de bens e serviços e do saldo dos rendimentos primários. Em particular, traduziu-se no aumento da capacidade de financiamento da economia portuguesa, reflectindo o aumento significativo da poupança dos sectores não financeiros e a continuação da queda do investimento. Ao mesmo tempo, tem-se assistido a uma reafecção dos fluxos de crédito a favor dos sectores transaccionáveis da economia, o que pode ser avaliado como um desenvolvimento positivo. Segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE) também o índice de confiança dos consumidores portugueses aumentou.

O mercado do factoring

O mercado atingiu um volume de negócios total de 22 302 491 K€, o que representa uma diminuição de 2.8 % relativamente ao ano 2012, depois duma diminuição de 16.7 % relativamente ao ano 2011. O factoring doméstico atingiu 12 755 051 K€, o que representa uma diminuição de -7.2 % relativamente ao ano 2012, o factoring internacional 2 636 553 K€, quer um crescimento de 9.8%. O confirming representou 6 910 887 K€.

A nossa empresa está ausente do mercado de confirming.

A parte do factoring doméstico representa 57.2 % do total, contra 59.9% ao ano 2012, o factoring internacional representa 11.8 % do total, contra 10.5% ao ano 2012. E o confirming aumentou em 31 % do total dos negócios do sector.

A evolução do mercado, para nossa actividade, parece negativa. Com efeito, a parte do mercado que é nosso *core business*, factoring domestico, está em queda. Voluntariamente ausente do confirming, a nossa empresa está ligeiramente em baixa em relação ao mercado.

Evolução da Sociedade

O ano 2013 não foi muito favorável para a Sociedade no que se refere aos resultados obtidos, por causa das dificuldades que o mercado apresenta e, também, de algumas decisões ligadas á



estratégia do Grupo BNPP no Portugal. Tal resultou de uma estratégia muito restrita da avaliação dos riscos, bem como do controlo de toda a estrutura de custos.

Volume de negócios

Como referido, a Sociedade teve mais dificuldades comerciais no exercício 2013, ocupando agora o 5º lugar do “ranking” com uma quota de mercado de 8.4%, essencialmente por causa da diminuição muito significativa do envolvimento com o Sector Público.

Proveitos de exploração

A sociedade registou uma baixa de 14.12% das comissões líquidas cobradas, as quais atingiram os 4 588 k€, tendo os juros líquidos atingido 9 395 k€, o que tem subjacente uma baixa de 5.41%. A situação foi mais ou menos equilibrada com os juros líquidos excepcionais das facturas atrasadas, e a indemnização do Seguro Sphinx pelos dossiers G-Bit e Santimel.

Custos de exploração

Os custos suportados pela Sociedade ficaram dentro do orçamentado, determinando que o rácio «cost/income» seja de muito bom nível a 42.67%.

Custo do risco

Não obstante a conjuntura continuar difícil, a empresa conseguiu baixar muito os níveis de sinistralidade, sendo que grande parte das provisões tiveram como objectivo reforçar dossiers já existentes.

Perspectivas da economia Portuguesa para 2014

Dado o comportamento da economia no último trimestre de 2013, a previsão da troika e do Governo para o desempenho da economia portuguesa em 2014 aponta para um crescimento do PIB de 1.2%, acima dos 0.8% previstos no Orçamento de Estado para 2014. Em relação às exportações espera-se um crescimento de 5.5% e de 3.1% para o investimento.

Segundo a Comissão Europeia espera-se que o rácio da dívida sobre o PIB caia para 126.6% este ano. No final de Fevereiro, o Governo apresentou uma revisão em baixa da taxa de desemprego



face ao que tinha sido inscrito no Orçamento de Estado, prevendo que a taxa de desemprego em Portugal se situe em 15.7%.

As previsões apontam para a saída da recessão em 2014, depois de alguns anos de recessão. Os países mais afectados ainda se encontram em posições delicadas. Ainda assim, prevê-se um crescimento positivo da actividade económica. Este crescimento será lento devido a factores relacionados com os programas de austeridade, que apesar de serem reduzidos, têm grande impacto. De salientar que em 2014, acaba o acordo entre Portugal e a troika para o fim do programa de ajuda de ajustamento económico.

Posicionamento da sociedade

A BNPP Factor iniciou a sua actividade em Novembro de 1987, sendo a primeira sociedade de factoring do Grupo. O Grupo BNPParibas, criou uma rede europeia de sociedade de factoring, através da constituição de novas sociedades e da aquisição de outras, alcançando a liderança do sector.

Um dos objectivos do BNPParibas Factor é o de manter o seu projecto de desenvolvimento no mercado Português do factoring assim como aumentar a quota de mercado e consolidar a sua posição no ranking do sector.

A BNPP Factor em 2013 apresenta uma quota de mercado de 8.4%. Os créditos tomados do factoring internacional, doméstico e Confirming apresentam um total de 1 866 138 k€, enquanto em 2012 apresentavam um total de 2 165 656 k€. Em relação à concorrência, o BNPP Factor encontra-se em 5º lugar na quota de mercado, verificando-se que os concorrentes que ocupam os primeiros lugares apresentaram melhores resultados em 2013, em relação ao ano anterior. Isto verifica-se ao facto de serem bancos que têm uma rede de factor e apresentam aos clientes uma oferta global.

De modo, a continuar a ser uma referência no factoring continuará a privilegiar as relações comerciais com os clientes e a apostar fortemente na qualidade dos seus serviços, diferenciando-se pela flexibilidade, rapidez e solução a cada um dos clientes.

Continuaremos a apostar no desenvolvimento dos negócios das médias empresas nacionais produtoras de bens e serviços transaccionáveis, de modo especial das exportadoras, assegurando-lhes financiamento competitivo, um processo de cobrança eficiente e um seguro de crédito adequado.



Existe uma grande rede na concorrência com factoring integrado, disponibilizando um serviço completo aos clientes.

Face às perspectivas de aumento da sinistralidade, manterá a selectividade na selecção dos clientes e o rigor na execução das operações.

Inexistência de dívidas ao Estado e Segurança Social

Declara-se que não existem dívidas em mora ao Estado nem à Segurança Social.

Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício

Desde o encerramento do exercício até esta data não ocorreram factos cuja relevância justifique menção especial.

Gratificação aos colaboradores

O Conselho de Administração reconhece o trabalho esforçado dos colaboradores da Sociedade neste contexto de dificuldades.

Com o objectivo de compensar financeiramente os colaboradores pelo bom desempenho da Sociedade, a administração decidiu constituir uma provisão para gratificação aos colaboradores no montante total de 150.000,00 euros.

Proposta de distribuição de resultados


Nos termos da lei propomos a seguinte distribuição dos resultados do exercício, que foram de 6.111.824,08 €:

Para reserva legal611.182,41 €

Para dividendos5.500.641,67 €

Porto, 31 de Janeiro de 2014

O Conselho de Administração





ANEXO AO RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Para cumprimento do estipulado nos artigos nº 447º e 448º do Código das Sociedades Comerciais, informamos:

Artigo 447º nº 5

- BNP Paribas, S.A.	2.629 600 acções
- Bozana Douriez Sorovic	100 acções
- Patrick de Villepin	100 acções
- François Laplace	100 acções
- Pierre Jacques Marie Hamy	100 acções

Artigo 448º nº 4

Accionistas com mais de metade do Capital Social:

- BNP Paribas, S.A.	99.98%
---------------------	--------

**BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013****(Base individual - NCA)****euros**

Rubricas		Notas Quadros anexos	2013			2012
			Valor Antes de provisões imparidades e amortizações 1	Provisões, Imparidades e amortizações 2	Valor Líquido 3 = 1 - 2	Líquido
Activo						
10+3300	Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais		1.564,13		1.564,13	2.250,50
11+3301	Disponibilidades em outras instituições de crédito		680.357,72		680.357,72	1.551.771,99
152(1)+1548(1)+158(1)+16+191(1)-3713(1)	Activos Financeiros detidos para negociação					
152(1)+1548(1)+158(1)+17+191(1)-3713(1)	Outr.Activos financeiros ao justo valor através de resultados					
153+1548(1)+158(1)+18+192+34888(1)-35221(1)-3531(1)-53888(1)-3713(1)	Activos financeiros disponiveis para venda					
13+150+158(1)+159(1)+198(1)+3303+3310(1)+34018 (1)+3408(1)-350-3520-5210(1)-35221(1)-3531 (1)-5300-53028 (1)-3710	Aplicações em instituições de crédito	13	8.000.000,00		8.000.000,00	10.000.000,00
14+151+1540+158(1)+190+3304+3305+3310(1)+34008+340108-34880-3518-35211-35221-3531-370-3711-3712-5210(1)-53018-530208-53880	Crédito a clientes	11	334.053.396,55	19.915.506,00	314.137.890,55	366.163.512,24
156+158(1)+159(1)+22+3307+3310(1)+3402-355-3524-3713(1)-5210(1)-53028(1)-5303	Investimentos detidos até à maturidade					
156+158(1)+159(1)+22+3307-3310(1)+3402-355-3524-3713(1)-5210(1)-53028(1)-5303	Activos com acordo de recompra					
21	Derivados de Cobertura					
25-3580-3713(1)	Activos não correntes detidos para venda	18	1.725.590,55	500.000,00	1.225.590,55	1.225.590,55
26-3581(1)-360(1)	Propriedades de investimento					
27-3581(1)-360(1)	Outros activos tangiveis	5	826.983,77	779.062,99	47.920,78	59.109,71
29-3582-3583-361	Outros activos intangiveis	5	27.328,92	27.328,92	0,00	0,00
24-357-3713(1)	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos		16,00		16,00	
300	Activos por impostos correntes		0,00		0,00	0,00
301	Activos por impostos diferidos	3	1.365.082,44		1.365.082,44	1.285.694,73
12+157+158(1)+159(1)+198(1)+31+32+3302+3308+3310+(1)+338+34018(1)+3408+(1)+348(1)3584-3525-371(1)+50(1)(2)-5210(1)-53028(1)-5304-5308(1)+54(1)(3)	Outros Activos	16 e 18	1.177.152,88		1.177.152,88	1.529.273,85
TOTAL DO ACTIVO			347.857.472,96	21.221.897,91	326.635.575,05	381.817.203,57

(1) Parte aplicável dos saldos destas rubricas

(2) A rubrica 50 deverá ser inscrita no activo se tiver saldo devedor e no passivo se tiver saldo credor.

(3) - Os saldos devedores das rubricas 542 e 548 são inscritos no activo e os saldos credores no passivo

O Técnico Oficial de Contas

A Administração


BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Base individual - NCA)

euros

Rubricas	Notas/ Quadros anexos	2013			2012
		Valor antes de provisões, imparidade e amortizações	Provisões, imparidade e amortizações	valor líquido	
		1	2	3 = 1 - 2	
Passivo					
38-3311(1)- 3410+5200+5211(1)+5318(1)					
43					
39-3311(1)-3411+5201 +5211(1)+5318(1)	12 e 13	160.185.235,62		160.185.235,62	202.515.337,95
40+41-3311(1)-3412-3413+5202 +5203+ 5211(1)+5310+5311					
42-3311(1)- 3414+5204+5211(1)+5312					
46-3311(1)-3415+5205 +5211(1)+5313					
44					
45					
47	15	2.907.821,90		2.907.821,90	3.123.359,85
490		0,00		0,00	0,00
491					
481					
48-481-3311(1)- 3416+5206+5211(1)+5314	13	7.987.978,97		7.987.978,97	7.987.978,97
51-3311(1)-3417-3418+50(1)(2) +5207+5208+5211(1) +528+538+5318(1)+54(1)(3)	16 e 18	75.138.258,16		75.138.258,16	87.837.020,39
Total do Passivo		246.219.294,65		246.219.294,65	301.463.697,16
55	26	13.150.000,00		13.150.000,00	13.150.000,00
602		43.477.700,00		43.477.700,00	43.477.700,00
57					
58+59					
60-602+61	26	17.676.756,32		17.676.756,32	17.004.639,64
-56					
64	26	6.111.824,08		6.111.824,08	6.721.166,77
-63					
Total de Capital		80.416.280,40		80.416.280,40	80.353.506,41
Total do passivo + Capital		326.635.575,05		326.635.575,05	381.817.203,57

(1) Parte aplicável dos saldos destas rubricas

(2) A rubrica 50 deverá ser inscrita no activo se tiver saldo devedor e no passivo se tiver saldo credor.

(3) - Os saldos devedores das rubricas 542 e 548 são inscritos no activo e os saldos credores no passivo

O Técnico Oficial de Contas

A Administração



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Base individual - NCA)

euros

CODIGO DAS CONTAS		Notas/ Quadros anexos	2 0 1 3	2 0 1 2
79+80(1)+8120	Juros e rendimentos similares	6	7.736.422,66	10.280.847,22
66+67(1)+6820	Juros e encargos similares	6	-419.521,60	-1.271.794,23
	Margem financeira		7.316.901,06	9.009.052,99
82	Rendimentos de instrumentos de capital			
81(1)-812	Rendimentos de serviços e comissões	7	4.915.213,70	5.420.982,18
68(1)-6820	Encargos com serviços e comissões	7	-568.539,61	-584.951,22
-692-693-695(1)-696(1)-698+832 +833+835(1)+836(1)+838	Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados (líquido)			
89 + 834 -690+830	Resultados de activos financeiros disponíveis para venda (líquido) Resultados de reavaliação cambial (líquido)		0,00	2.370,21
-691-697-699(1)-725-726(1)-831 +837+839(1)+843+844(1)	Resultados de alienação de outros activos			
-695(1)-696(1)-699(1)-75-720-721-722-723-725-726(1) -728+835(1)+836(1)+839(1)+840+843+844(1)+848	Outros resultados de exploração	10	2.020.158,64	1.203.600,25
	Produto bancário		13.683.733,79	15.051.054,41
70	Custos com o pessoal	8	-1.946.846,78	-1.910.462,55
71	Gastos Gerais administrativos	9	-3.100.477,32	-2.618.883,71
77	Depreciações e amortizações	5	-18.800,15	-25.549,19
781+783+784+785+786+788-881-883-884-886-888	Provisões líquidas de reposições e anulações	15	215.537,95	1.176.877,08
78000+78001+78010+78011+7820+7821+7822- -88000-88001-88010-88011-8820-8821-8822-848(1)	Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquida de reposições e anulações)	15	-62.680,85	-2.079.759,00
760+7620+7618+76211+76221+7623+7624+7625 +7630+7641+765+766+78002(1)+78012(1)+7823 +7828(1)-870-8720-8718-87211-87221(1)-8723-8724 -8726-8730-8741-875-876-88002(1)-88012(1)-8823 -8828(1)	Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações			
768+769(1)+78002(1)+78012(1)+7828(1) -877-878-88002(1)-88012(1)-8828(1)	Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações			
	Resultados antes de impostos		8.770.466,64	9.593.277,04
	Impostos			
65	Correntes		-2.738.030,27	-2.983.678,08
74-86	Diferidos	3 - J)	79.387,71	111.567,81
	Resultados após impostos		6.111.824,08	6.721.166,77
-72600-7280+8480+84400	Do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas			
640	Resultado líquido do exercício		6.111.824,08	6.721.166,77

(1) - Parte aplicável do saldo desta rubrica

O Técnico Oficial de Contas

A Administração



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO EXERCÍCIO FINDO EM
31 DE DEZEMBRO DE 2013

	2013	2012
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado Líquido do Exercício	6.111.824,08	6.721.166,77
Amortizações e Depreciações	18.800,15	25.549,19
Provisões e Imparidade	-3.150.724,31	877.525,91
(Aumentos) Diminuições de Activos Operacionais		
Crédito sobre Clientes	55.029.017,38	136.469.259,67
Outros Activos e Outras Contas de Regularização	-435.336,99	-1.630.160,61
Aumentos (Diminuições) de Passivos Operacionais		
Recursos de Instituições de Crédito	-42.330.102,33	-157.962.529,42
Outros Passivos e Outras Contas de Regularização	-12.058.901,31	13.509.083,49
FLUXOS DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS	3.184.576,67	-1.990.105,00
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisições de Imobilizações Corpóreas	-7.611,22	-2.507,90
Aquisições de Imobilizações Incorpóreas		
Aquisições Financeiras	-16,00	
FLUXOS DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO	-7.627,22	-2.507,90
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Aumentos de Capital		
Dividendos e Gratificações de Balanço	-6.049.050,09	-1.571.406,12
Diminuição de Resultados Transitados		
FLUXOS DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-6.049.050,09	-1.571.406,12
VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES	-2.872.100,64	-3.564.019,02
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO INÍCIO DO PERÍODO	11.554.022,49	14.125.760,94
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO PERÍODO	8.681.921,85	15.118.041,51

O Técnico Oficial de Contas

A Administração



IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS E CORPÓREAS

ANEXO IV
Unidade: Euro

CONTAS	Saldo do Exercício de 2012		Aumentos		Transferên- cias	Amortizações do Exercício	Regulariza- ções	Abates (Líquido)	Valor Líquido em 31.12.2013
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Aquisições	Reavaliações (Líquido)					
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS									
Despesas de Estabelecimento									0
Custos Plurianuais									0
Sistemas de Tratamento Automático de Dados (Software)	27.126	27.126							0
Outras	203	203							0
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS									
Imóveis de Serviço Próprio	416.808	387.428	870			7.061			23.189
Equipamento	402.951	374.120	6.741			11.739			23.833
Património Artístico	898								898
Outras Imobilizações Corpóreas									
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO									
Imóveis									
Equipamento									0
TOTALS	847.986	788.877	7.611			18.800		0	47.920

O Técnico Oficial de Contas

A Administração

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]



Anexo às Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2013

(Valores expressos em euros)

Introdução

A BNP Paribas Factor – Instituição Financeira de Crédito, S.A. foi constituída em 2 de Novembro de 1987 com a denominação social de BNP Factor – Companhia Internacional de Aquisição de Créditos, SA. Em 01/10/2007 assumiu a natureza jurídica de IFIC – Instituição Financeira de Crédito, alargando, estatutariamente, o âmbito dos negócios que pode realizar. Contudo, a BNP Paribas Factor, SA continuou a desenvolver no exercício em análise, exclusivamente, a actividade de factoring nas suas diversas configurações.

A Sociedade opera tanto no mercado nacional como no internacional (importação e exportação), estando integrada numa associação internacional de empresas de factoring (FCI) que se rege por normas e métodos de trabalho uniformes, através da qual são canalizadas as operações do mercado internacional.

A Sociedade é detida em 99,98% pelo BNP Paribas, S.A. (Grupo BNP Paribas – Nota 29) e, consequentemente, as suas operações e transacções são influenciadas pelas decisões do Grupo.

Nota 1 – Ajustamentos nas contas do exercício anterior

Não se verificaram quaisquer ajustamentos relativamente aos valores publicados nas Contas do exercício anterior.

Nota 2 – Políticas contabilísticas

2.1 - Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras e Contabilidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos e respectivo suporte documental da Sociedade, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), tal como definidas pelo Banco de Portugal, através dos Avisos 1/2005 e 4/2005.

Nota 3 – Principais Critérios Valorimétricos Utilizados

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:



a) - Créditos e juros vencidos

Nesta rubrica estão incluídos os correspondentes valores vencidos há mais de 30 dias, estando desdobrados pelas respectivas classes de antiguidade.

b) - Contas em moeda estrangeira

Os saldos em moeda estrangeira foram ajustados aos câmbios de 2013.12.31, segundo o "fixing" do Banco de Portugal, conforme quadro seguinte:

Moeda	Valor
USD	1,3760
GBP	0,83169

c) - Activos intangíveis

A Sociedade regista nesta rubrica os custos de aquisição de programas informáticos, quando a sua utilização esperada se repercute para além do exercício em que a aquisição ocorreu.

Os activos intangíveis são amortizados pelo método das quotas constantes e por duodécimos, ao longo da vida útil esperada que, regl geral, corresponde a um período de 3 anos.

Os contratos de manutenção do software são reconhecidos como gasto de acordo com a sua vigência temporal.

d) - Activos tangíveis

Os activos tangíveis são activos utilizados pela Sociedade para o desenvolvimento da sua actividade e encontram-se registados ao custo de aquisição, incluindo despesas que lhe são directamente atribuíveis, deduzidos de amortizações acumuladas e perdas de imparidade.

Os activos tangíveis nunca foram objecto de qualquer reavaliação.

As amortizações dos activos tangíveis são calculados segundo o método das quotas constantes, às seguintes taxas de amortização, que refletem a vida útil dos bens:

	Anos de vida útil
Mobiliário e Material	8
Máquinas e ferramentas	4 – 5
Equipamento Informático	4
Instalações Interiores	8 – 10
Equipamento de Segurança	10
Outro Material	8



e) - Reconhecimento de gastos e rendimentos

Os rendimentos e os gastos são reconhecidos com base no princípio da especialização dos exercícios, sendo registados nos períodos a que respeitam, independentemente do seu recebimento e pagamento, nos seguintes termos:

- Os juros de financiamentos bancários são calculados dia a dia sobre os valores financiados sendo imputados a gastos do exercício pela parte do período já decorrido.
- As comissões por serviços de factoring são especializadas de acordo com o período que decorre entre a cessão e o vencimento do crédito.
- Para as operações de factoring os juros são cobrados e registados como rendimentos, regra geral, mensalmente, sobre o montante adiantado e sempre imputados ao período a que respeitam.
- Na modalidade de "compras definitivas", o prémio recebido pela antecipação do pagamento é especializado como proveito de acordo com o período que decorre até à maturidade dos créditos adquiridos.
- Para os créditos considerados de cobrança duvidosa não são contados juros, sendo reconhecidos como proveitos apenas quando cobrados.

f) – Provisões para crédito de cobrança duvidosa, crédito e juros vencidos e para riscos e encargos

Provisão para crédito de cobrança duvidosa

A constituição de provisão para créditos de cobrança duvidosa, é determinada pelo entendimento do Banco de Portugal que considera que o conceito de prestação, descrito no número 4º - 1, alínea b) do Aviso 3/95, é, também, aplicável actividade de factoring.

Englobam-se neste caso, os créditos vincendos sobre um mesmo cliente se, de acordo com a sua reclassificação prevista na alínea a), o crédito e juros vencidos de todas as operações relativamente a esse cliente, excederem 25% do crédito total, acrescido de juros vencidos. Estes créditos são provisionados com base na aplicação de metade das taxas de provisionamento aplicável aos créditos vencidos, com excepção do primeiro escalão em que é utilizada a mesma taxa.

Provisão para crédito e juros vencidos

Esta provisão é constituída para fazer face ao risco de incobrabilidade dos créditos tomados e juros que se encontrem vencidos há mais de 30 dias. O montante provisionado é em função do período decorrido após o respectivo vencimento, de acordo com o Aviso nº 3/95, de 30 de Junho, do Banco de Portugal, com a revisão dada pelo Aviso 8/2003, de 28 de Fevereiro, encontrando-se a respectiva provisão reflectida como uma redução do activo

Provisão para riscos gerais de crédito

   3



É uma provisão de natureza geral, destinada a fazer face a riscos de crédito vincendo não identificados especificamente, encontrando-se a mesma reflectida no passivo, no âmbito da provisão para riscos e encargos (Nota 9), sendo determinada através da aplicação de uma percentagem de 1% sobre o total do crédito concedido pela Sociedade (factoring sem recurso) e sobre o total dos adiantamentos concedidos e (factoring com recurso adiantado), excluindo o considerado no âmbito da provisão para crédito e juros vencidos e os créditos relativos a devedores pertencentes ao universo da Administração Central definido pelo Banco de Portugal.

Outras Provisões

Foi constituída uma provisão que se destina a fazer face a eventuais gastos de reestruturação.

Imparidade para Activo não Financeiro :

Este montante destina-se a fazer face a uma hipotética desvalorização dos terrenos provenientes da dação em cumprimento da "Turreal", encontrando-se a mesma também reflectida como redução do activo.

g) - Férias e subsídio de férias

Está considerado na rubrica "Encargos a Pagar – Por Gastos com o Pessoal" o valor correspondente às férias e respectivo subsídio, a pagar no ano de 2014.

h) – Registo de operações de factoring

Factoring sem recurso

As facturas ou outros documentos cedidos pelos Aderentes ou Congéneres no estrangeiro para cobrança são registadas no activo, na rubrica "Créditos a Clientes", por contrapartida da rubrica "Credores Por Contratos de Factoring".

Factoring com recurso

De acordo com as disposições constantes na Instrução nº 2/98, de 16 de Fevereiro, do Banco de Portugal, nas operações de factoring com recurso, os valores adiantados aos Aderentes estão registados no activo na rubrica "Créditos a Clientes", sendo os valores sem adiantamento registados em rubricas extrapatrimoniais.

A Sociedade efectua adiantamentos contratuais aos Aderentes tendo como limite o valor dos créditos tomados nas operações de factoring susceptíveis de adiantamento, isto é, créditos líquidos de juros e comissões e de uma percentagem da facturação cedida que, contratualmente, não é passível de adiantamento.

i) - Risco de crédito

O risco de crédito envolvido nas operações de factoring pode ser integralmente assumido pela Sociedade, caso em que as operações são denominadas sem recurso. Contudo, a Sociedade ressegura numa Companhia de Seguros a carteira sem recurso,



com excepção da Administração Central, dividindo desta forma o risco das respectivas operações, incluindo as efectuadas com o exterior.

As operações em que o risco de crédito é assumido pelo Aderente (operações nacionais) ou pela Congénere no estrangeiro (operações de importação), são consideradas operações com recurso.

j) – Impostos diferidos

O Imposto sobre o Rendimento (IRC) contabilizado na demonstração dos resultados do período findo em 31 de Dezembro de 2013 encontra-se ajustado pelo efeito da contabilização dos impostos diferidos.

O detalhe dos montantes e natureza dos activos por impostos diferidos registados em 31 de Dezembro de 2012 e o movimento ocorrido no exercício findo é resumido de acordo com o quadro seguinte:

Activos por impostos diferidos	Saldos em 31 de Dezembro de 2012	Demonstração dos resultados		Saldos em 31 de Dezembro 2013
		Aumento no exercício	Diminuição no exercício	
Provisões, Imparidade e diferenças temporárias	1.285.695	79.387		1.365.082

Passivos por impostos diferidos:

A empresa não tem passivos por impostos diferidos.

k) - Aplicações por recuperação de créditos

Esta rubrica corresponde a um imóvel (terreno urbano) que veio à posse da Sociedade para regularização de créditos concedidos, encontrando-se registado na rubrica de "Activos não Correntes Detidos para Venda"

Nota 4 - Inventário da Carteira de Títulos.

A sociedade apresenta a sua carteira de títulos no seu activo, conforme anexo III.

Nota 5 – Movimento e Saldos dos Activos Tangíveis e Intangíveis

É apresentado em separado o Anexo IV.



Nota 6 – Juros – Rendimentos e Encargos Similares

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	31/12/2013	31/12/2012
Juros e Rendimentos Similares		
Juros de Depósitos à Ordem		1.171
Juros de Aplicações	432.749	533.506
Juros de Crédito Interno		
Com Recurso	7.303.674	9.746.170
Sem Recurso	7.736.423	10.280.847
Juros e Encargos Similares		
Juros de Recursos Alheios		
Juros de Depósitos à ordem	3.590	15.368
Empréstimos de Curto Prazo	366.170	1.162.657
Empréstimos Subordinados	49.447	93.404
Outros Empréstimos	315	365
	419.522	1.271.794
Margem Financeira	7.316.901	9.009.053

Nota 7 – Comissões

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31/12/2013	31/12/2012
Comissões Recebidas Por Operações de Factoring	4.799.710	5.415.741
Outras Comissões Recebidas	115.504	5.241
	4.915.214	5.420.982
Comissões Pagas		
Comissões por Serviços Bancários Prestados	568.540	584.951

Nota 8 – Custos com o Pessoal

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31/12/2013	31/12/2012
Remuneração dos Órgãos de Gestão e Fiscalização	43.407	38.505
Remunerações dos Empregados	1.340.746	1.321.313
Encargos Sociais Obrigatórios	317.893	317.295
Outros Custos com o Pessoal	244.801	233.350
	1.946.847	1.910.463



Nota 9 – Gastos Gerais e Administrativos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31/12/2013	31/12/2012
Água, Energia e Combustíveis	73.195	75.419
Material de Consumo Corrente	17.597	29.044
Rendas e Alugueres	112.264	113.396
Comunicações	90.378	111.325
Deslocações, Estadas e Representação	18.546	18.357
Publicidade e Publicações	2.364	8.121
Conservação e Reparação	35.647	32.653
Formação	3.000	12.513
Seguros	656.354	466.646
Serviços Especializados	1.477.062	1.332.218
Serviços Externos e ACE	598.095	400.488
Outros Gastos Diversos	15.975	18.704
	3.100.477	2.618.884

Nota 10 – Outros Resultados de Exploração

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31/12/2013	31/12/2012
Ganhos em Operações Descontinuadas		2.920
Ganhos em Operações Financeiras		
Reembolso de Despesas	4.112	3.559
Recuperação de Crédito, Juros e Despesas	1.887.594	25.330
Rendimentos por Prestação de Serviços	191.335	299.674
Outros Proveitos de Exploração	243.397	1.118.927
	2.326.438	1.450.410
Outros Custos de Exploração		
Impostos Indirectos		
Imposto de Selo		1.500
Imposto sobre Transportes Rodoviários	55	54
Impostos Directos		
Imposto Municipal sobre Imóveis	301	159
Contribuição Sobre o Sector Bancário	169.425	177.428
Fundo de Resolução BdP	63.936	
Rendas de Locação Operacional	58.077	55.622
Quotizações e Donativos	13.691	11.500
Perdas Realizadas		
Multas, Juros de Mora e Compensatórios	342	435
Outros Custos de Exploração	452	112
	306.279	246.810

A rubrica "Outros Proveitos de Exploração", refere-se ao desconto obtido na compra definitiva de créditos. Este prémio é periodizado tendo em conta o prazo médio de vencimento dos créditos adquiridos.



Nota 11 - Créditos a Clientes

Em 31 de Dezembro de 2013, este saldo tem a seguinte composição:

Créditos tomados de curto prazo:

	<u>Com recurso</u>	<u>Sem recurso</u>	<u>Total</u>
- Crédito não vencido	31.975.391	256.385.546	288.360.937

Crédito de Cobrança Duvidosa

< 3 meses	9.400.910
Entre 3 e 6 meses	129.665
Entre 6 e 9 meses	8.303
Entre 9 e 12 meses	0
Entre 12 e 15 meses	0
Entre 15 a 18 meses	0
Entre 18 a 24 meses	0
Entre 24 a 30 meses	0

9.538.878

Provisão para crédito de cobrança duvidosa (112.293)

Crédito e juros vencidos

Crédito concedido sobre Administração Central e Local	1.078.077
Crédito concedido sobre outras entidades:	
< 3 meses	14.131.764
Entre 3 e 6 meses	568.631
Entre 6 e 9 meses	895.616
Entre 9 e 12 meses	565.096
> 12 meses	18.914.397

36.153.581

Provisão para crédito e juros vencidos (19.803.213)

314.137.890

De acordo com o artigo 15º nº. 1.1 do Aviso 3/95, de 30 de Junho, com a revisão dada pelo Aviso 8/2003, de 28 de Fevereiro, os créditos concedidos a entidades da Administração Central e a entidades cujos créditos estejam garantidos pelo Estado Português não são passíveis de constituição de provisões para riscos específicos e gerais de crédito, pelo que a Sociedade não constituiu qualquer provisão para esses créditos.

8



Em 31 de Dezembro de 2013, o montante das facturas tomadas relativamente a contratos com recurso que não foram objecto de adiantamento ascende a euros 30.466.686,46, o qual se encontra registado na rubrica extrapatrimonial "Contratos com recurso – Facturas não financiadas".

Trinta dias após o vencimento das facturas ou outros documentos, a Sociedade transfere os respectivos valores para crédito vencido. Adicionalmente, no caso de operações de factoring com recurso, os montantes em dívida poderão ser devolvidos ao Aderente após 90 dias da data de vencimento (com excepção do Sector Público Administrativo)

Em 31 de Dezembro de 2013, a antiguidade do crédito vencido era a seguinte:

Até 90 dias	14.131.764
De 90 a 180 dias	638.319
De 180 a 270 dias	1.094.123
De 270 dias a 1 ano	778.076
Mais de 1 ano	(a) 6.504.657
Contencioso e Preocupantes	13.006.642
	<hr/>
	36.153.581

(a) – Este montante refere-se a créditos sobre a Administração Central e a empresas ou organismos de capitais públicos, tais como EP's e EPE's.

Em 31 de Dezembro de 2013, os adiantamentos realizados aos clientes da Sociedade ascendiam a, aproximadamente, 75,76% do total dos créditos em carteira nessa data. A sua distribuição era a seguinte:

Adiantamentos	
Sem recurso	233.119.647
Com recurso	33.209.986

Para fazer face a problemas de realização do crédito concedido, em 31 de Dezembro de 2013, a Sociedade dispõe ainda de uma provisão para riscos gerais de crédito, para crédito não vencido, no montante de euros 2.857.821,19 euros, registada no âmbito das provisões para riscos e encargos, de acordo com as regras de provisionamento do Banco de Portugal.

Nota 12- Débitos para com instituições de crédito

Em 31 de Dezembro de 2013, esta rubrica tem a seguinte composição:

<u>À vista</u>	
Descobertos bancários	4.522.588
<u>A curto prazo</u>	
Hot Money	155.541.936
Desconto de letras	120.712
	<hr/>
	155.662.648
	<hr/>
	160.185.236

Handwritten signatures and initials, including a large signature and the number 9.



Estes empréstimos vencem juros a Taxas de Mercado.

Os montantes dos débitos correspondentes aos "Recursos de Outras Instituições de Crédito" desdobrados em função da sua duração residual, pelos seguintes prazos:

Débitos para com instituições de crédito

- Até 3 meses	160.185.236
- De 3 meses a 1 ano	-
- De 1 ano a 5 anos	-
- Mais de 5 anos	-
- Duração Indeterminada	-

Nota 13 - Transacções com Entidades Relacionadas

Em 31 de Dezembro de 2013, os principais saldos e transacções mantidos com entidades do Grupo BNP Paribas eram os seguintes:

BALANÇO

Activo:	
. Disponibilidades em outr. Instit.crédito	537.835
. Aplicações em outras instituições de crédito	8.000.000
. Juros de Aplicações em outras instit.crédito	160.371
Passivo:	
. Recursos de outras instituições de crédito	160.185.236
. Outros passivos	739.314
. Passivos subordinados	7.987.979

A rubrica "Aplicações em outras instituições de crédito" refere-se a uma aplicação de macro cobertura de 20.000.000 de euros a 10 anos, efectuada em 2007, com pagamento de juros e reembolso de 2.000.000 de euros anualmente. A liquidação ocorrerá até 2017/07/30.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

. Juros de Aplicações	432.749
. Juros e encargos similares	419.522
. Outras comissões pagas	185.625
. Outros encargos e gastos operacionais	1.285.271

10



Débitos a empresas coligadas incluídos na rubrica Recursos de Outras Instituições de Crédito:

- À vista.	4.522.588
- Até 3 meses	155.662.648
- De 3 meses a 1 ano	-
- Mais de 1 ano	-

Nota 14 - Empréstimos Subordinados

Esta rubrica refere-se a dois empréstimos não titulado de euros 4.987.979 e 3.000.000, com cláusula de subordinação, obtidos junto do BNP Paribas, nos termos do Aviso nº 12/92, de 29 de Dezembro de 1992.

- Amortização:

Só poderão ser reembolsados por iniciativa da mutuária e com pré-acordo do Banco de Portugal.

Estes empréstimos vencem juros trimestrais e postecipados à taxa de juro Euribor a 90 dias acrescida de um "spread" de 0,4%.

Como passivos subordinados com vencimento indeterminado, estes empréstimos são considerados para efeito de determinação dos fundos próprios da Companhia, de acordo com a legislação do Banco de Portugal.

Nota 15 - Provisões e Imparidade:

Provisões:

O movimento ocorrido nas provisões durante o exercício de 2013 foi o seguinte:

	Saldo Inicial	Reforços	Reposições	Utilizações	Saldo final
Crédito de Cobr. Duvidosa	208.039	46.328	142.074	-	112.293
Crédito vencido	22.642.653	4.213.220	4.054.793	2.997.867	19.803.213
Riscos Gerais de Crédito	3.123.360	-	265.538	-	2.857.822
Outras Provisões	-	50.000	-	-	50.000
	25.974.052	4.309.548	4.462.405	2.997.867	22.823.328

Imparidade:

	Saldo Inicial	Reforços	Reversões	Saldo final
Imparidade – Activos não Financeiros detidos para Venda	500.000	-	-	500.000



Em 31 de Dezembro de 2013, a Imparidade Acumulada existente, referente a "Activos não Financeiros Detidos para Venda" refere-se à desvalorização estimada pelo Conselho de Administração no valor de realização de um imóvel detido em dação em cumprimento.

Nota 16 - Acréscimo e Diferimento de Proveitos e Custos e Outras Contas de Regularização:

- Saldos das seguintes contas:

- Rendimentos a Receber	208.212
- Despesas com Encargo Diferido	145.002
- Outras contas de regularização – Activo	<u>823.939</u>
	<u>1.177.153</u>
- Encargos a Pagar:	
De Recursos de Inst. Crédito	4.213
Por Gastos com o Pessoal	375.746
De Outros Encargos a Pagar	732.917
- Receitas com Rendimento Diferido	442.651
- Outras contas de regularização – Passivo:	
De valores cobrados	12.956.632
Diversas Operações a Regularizar	<u>4.790.419</u>
	<u>19.302.578</u>

Em 31 de Dezembro de 2013, a rubrica de "Outras Contas de Regularização - Activo", inclui, como valores mais relevantes, o montante de 516.797 euros de juros a debitar aos Aderentes dos adiantamentos de Dezembro, 20.148 euros de Imposto de Selo sobre os referidos juros, 75.500 euros de imposto de selo estimado, pela utilização de crédito durante o mesmo período, 139.786 euros referentes a diversos gastos no loteamento do terreno da "Turreal" e 10.149 euros a debitar aos aderentes em Janeiro, correspondentes a serviços prestados em Dezembro.

Também em 31 de Dezembro de 2013, a rubrica "Valores Cobrados" refere-se a cheques e transferências, recebidos de devedores nos últimos dias do mês, que se encontravam a aguardar a imputação às facturas respectivas. A maior parte deste montante foi regularizado durante os primeiros dias de Janeiro de 2013 por contrapartida da rubrica "Créditos a Clientes".

Relativamente à rubrica de "Outras Contas de Regularização – Passivo", expressa, como valores mais relevantes, os montantes de 4.596.929 referentes cobranças e juros não imputados devido a divergência de interpretação dos valores recebidos (a BNPP Factor considerou uma parte do pagamento como juros pelo atraso, enquanto o devedor entende que efectuou a liquidação do capital), 41.417 euros de estimativa de comissões a pagar às correspondentes.



Nota 17- Capital

Em 31 de Dezembro de 2013, o capital da sociedade de 13.150.000 euros, está representado por 2.630.000 acções de valor nominal de 5 euros, encontrando-se totalmente subscrito e realizado.

O capital subscrito é detido em 99,98% pelo BNP Paribas, S.A..

Nota 18 - Activos não Correntes detidos para Venda e Outros Activos e Passivos

Natureza e valor dos principais elementos patrimoniais que integram a rubrica "Activos não Correntes detidos para Venda" e "Outros Passivos":

• Activo	
- Activos não correntes detidos para venda:	
- Imóveis	1.725.591
• Passivos:	
- Outros Fornecedores	621.741
- Credores por Contratos de Factoring	54.832.079
- Sector Público Administrativo	<u>385.516</u>
	<u>55.839.336</u>

O montante registado em "Activos não Correntes detidos para Venda" corresponde a um imóvel recebido de um devedor (Turreal – Imobiliária, S.A.) em dação em pagamento, o qual foi avaliado, em Julho de 2013, por uma empresa independente em euros 1.245.000, estando este registado pelo valor líquido contabilístico de euros 1.225.591.

Nota 19 - Número médio de trabalhadores ao serviço distribuídos por grandes categorias profissionais

- Administração / Direcção	6
- Enquadramento	6
- Outras funções	<u>21</u>
Total	33

Nota 20 – Remunerações atribuídas aos Órgãos de Gestão e Fiscalização

O montante das remunerações atribuídas aos órgãos de Administração e de Fiscalização durante o exercício de 2013, foi o seguinte:

- Conselho de Administração	20.037
- Fiscal Único	23.370



Não existem quaisquer compromissos em matéria de pensões de reforma, nem se verificaram adiantamentos, créditos ou compromissos relativamente aos membros dos órgãos sociais.

Nota 21 – Valores expressos em moeda estrangeira

Os montantes expressos em moeda estrangeira convertidos na moeda em que as contas anuais são estabelecidas, euros, são os seguintes:

- Activo	16.945.581
- Passivo	10.449.920

Nota 22 – Elementos da Demonstração de Resultados e do Balanço ventilado por linhas de negócio e por mercados geográficos

Como a actividade principal da Sociedade, factoring dirigido a empresas, é desenvolvida exclusivamente em Portugal, todos os proveitos gerados resultam de operações aqui realizadas, muito embora uma parte dos mesmos tenham sido obtidos em operações de importação e exportação.

Nota 23 - Empréstimos Subordinados:

Juros Acrescidos 2012 (1)	Juros Imputados (2)	Juros Acrescidos 2013 (3)	Juros Pagos (4) = (1)+(2)-(3)
1.654	49.447	1.828	49.273

Nota 24 - Impostos

A Sociedade encontra-se sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) às taxas normais e correspondentes Derramas (normal e estadual).

Nos termos do Artigo 88º do Código de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, a Sociedade encontra-se sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de gastos, às taxas previstas no Artigo mencionado.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social até 2002, inclusive, 5 anos após essa data e, deste modo, as declarações fiscais da Sociedade dos anos de 2010 a 2013 poderão vir a ser sujeitas a revisão. O Conselho de Administração da Sociedade entende que as eventuais correcções resultantes de revisões ou inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão, contudo, um impacto relevante nas demonstrações financeiras anexas.

Handwritten signature and initials.



Nota 25 – Consolidação das Contas da Sociedade

As contas da sociedade são abrangidas pela consolidação da BNP Paribas, com sede em 16, bd des Italiens, Paris, França.

Nota 26 - Movimento na Situação Líquida

O movimento ocorrido nas rubricas da situação líquida durante o exercício de 2013 foi o seguinte:

	Capital Subscrito	Reservas e Resultados Transitados				Lucro líquido Do exercício
		Legal	Livres, Pr.Emissão e Imp.Diferidos	Resultados Transitados	Total	
Saldos em 31/12/2012	13.150.000	4.751.308	55.556.432	-	60.307.740	6.721.167
Aplicação do Resultado de 2012	-	672.117	-	-	672.117	(672.117)
Dividendos	-	-	-	-	-	(6.049.050)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	<u>6.111.824</u>
Saldos em 31/12/2013	13.150.000	5.598.026	55.556.432	-	61.154.459	6.111.824

De acordo com o disposto no Decreto-Lei nº 171/95 de 18 de Julho, a Sociedade deverá constituir uma reserva legal, correspondente a 10% dos lucros líquidos apurados em cada exercício, até à concorrência do valor do capital social. Esta reserva só poderá ser utilizada em determinadas circunstâncias para cobertura de prejuízos ou para aumentar o capital.

Nota 27 - Sector Público Administrativo

Em 31 de Dezembro de 2013 o detalhe dos saldos relacionados com o Sector Público Administrativo é como segue:

Saldos Credores

IRC – A Pagar	48.671
IVA – A Pagar	136.338
IRC - Royalties	10.928
Retenções de impostos sobre o rendimento	38.282
Retenções de imposto de selo	108.592
Contribuições para a Segurança Social	34.058
Contribuições para a Seg. Social - Independentes	4.991



Nota 28 - Compromissos perante terceiros e não incluídos no Balanço

Em 31 de Dezembro de 2013, a Empresa tinha compromissos revogáveis (não vinculativos), referentes a linhas de crédito não utilizadas pelos seus Aderentes no montante de 251.014.254,32 Euros.

Porto, 31 de Dezembro de 2013

O Técnico Oficial de Contas

A Administração

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Accionistas,

No cumprimento do mandato que V. Exas. nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias acompanhámos com regularidade, durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, a actividade da **BNP Paribas Factor - Instituição Financeira de Créditos, S.A.**, examinámos regularmente os livros, registos contabilísticos e demais documentação, constatámos a observância da lei e dos estatutos e obtivemos sempre da Administração os esclarecimentos, informações e documentos solicitados.

O Balanço, a Demonstração dos Resultados Líquidos, o Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados Líquidos, a Demonstração dos Resultados Líquidos, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Relatório de Gestão, lidos em conjunto com a Certificação Legal das Contas com a qual concordamos, permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Empresa e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor. Os critérios valorimétricos utilizados merecem a nossa concordância.

Assim, somos de parecer:

- 1º. Que sejam aprovados o Relatório de Gestão bem como o Balanço, a Demonstração dos Resultados Líquidos, o Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados Líquidos, a Demonstração dos Resultados e Demonstração dos Fluxos de Caixa apresentados pela Administração e relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2013.
- 2º. Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pela Administração.

Porto, 25 de Março de 2014

O FISCAL ÚNICO

MAZARS & Associados, SROC, S.A.
Representada por **Dr. Fernando Jorge Marques Vieira** - ROC n.º 564

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

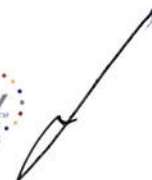
1. Examinámos as demonstrações financeiras de **BNP Paribas Factor - Instituição Financeira de Créditos, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2013 (que evidencia um total de 326 635 575 Euros e um total de capital próprio de 80 416 280 Euros, incluindo um resultado líquido de 6 111 824 Euros), as Demonstrações dos resultados e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração, a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de critérios e políticas contabilísticas adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.



OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **BNP Paribas Factor - Instituição Financeira de Créditos, S.A.** em 31 de Dezembro de 2013, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 25 de Março de 2014



MAZARS & Associados, SROC, S.A.

Representada por **Dr. Fernando Jorge Marques Vieira** - ROC n.º 564